ATA DA 51ª (QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º (SEGUNDO) PERÍODO DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Itaguaí, sito à Rua Amélia Louzada, nº 277 – Centro, reuniram-se os Senhores Vereadores para a 51ª Sessão Ordinária do 2º período do ano de 2013. Procedida à chamada nominal responderam presente os seguintes Vereadores: Nisan César dos Reis Santos – Presidente; Marco Aurélio de Souza Barreto – Vice Presidente; Vicente Cicarino Rocha – 3º Vice Presidente; Noel Pedrosa de Mello – 1º Secretário; Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro – 2º Secretário; Abeilard Goulart de Souza Filho; Genildo Ferreira Gandra; Jailson Barboza Coelho; Márcio Alfredo de Souza Pinto e Roberto Lúcio Espolador Guimarães, deixando de comparecer a Ver^a. Mirian Pacheco. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão e convidou o Ver. Genildo a proceder a Leitura Bíblica: Salmo 23. Em seguida, convidou o 2º Secretário para realizar a leitura da Ata anterior, que submetida à discussão e votação foi aprovada. O Ver. Vicente solicitou o uso da palavra para comunicar que tem sido vítima de comentários maldosos sobre suposto envolvimento com drogas e que teria oferecido a quantia de dez mil reais para que findasse a manifestação. Declarou que nunca escondeu seu passado, que foi toxicômano e há 20 anos não faz uso de substâncias entorpecentes, mas um pequeno grupo em Itaguaí estaria usando a Internet para denegrir sua imagem. Afirmou que integrantes do Movimento Limpa Geral tem frequentado alguns Gabinetes, e que acredita na participação de Vereador nessas calúnias. O Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos Expedientes. **Expedientes Expedidos: Ofício nº 391/13** de 12/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Encaminhando as Leis nºs 3.160 e 3.166 Promulgadas para conhecimento e providências. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 394/13** de 13/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 245/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 395/13** de 13/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº

246/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 396/13** de 13/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 247/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 397/13** de 13/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 248/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 398/13** de 13/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 249/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 399/13** de 13/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 250/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 400/13** de 13/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 251/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 401/13** de 13/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 252/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 402/13** de 13/11/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 253/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 404/13** de 13/11/13. Ao Reverendo Isaias Maciel. Solicitando melhorias na vigilância do Hospital abandonado do Sase. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 405/13** de 13/11/13. Ao Cap. Miguez. Solicitando melhorias na no policiamento no entorno do Hospital abandonado do Sase. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 406/13** de 13/11/13. Ao Cap. Miguez. Solicitando providências quanto aos assaltos no bairro Monte Serrat. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 407/13** de 13/11/13. Ao Sr. Alex de Lucena – Secretário de Transporte e Trânsito. Solicitando instalação de Placas demarcando vagas para deficientes e cadeirantes no Centro de Itaguaí. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 408/13** de 13/11/13. Ao Dr. Alexandre Bellsanto Gusman Delegado da 50ª DP. Solicitando providências quanto a investigação dos assaltos no bairro Monte Serrat. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 412/13** de 26/11/13. Ao SEPE. Informando que o Plano de Cargos e Salários citado no Ofício nº 136/2013 não chegou a esta Casa. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. O Sr. Presidente esclareceu que o Plano de Cargos e Salário não está na Casa. O Ver. Márcio Pinto afirmou que o mesmo encontra-se na Secretaria de Administração para alguns ajustes. **Parecer da Procuradoria Jurídica nº 30/2013:** Ementa:

Comissão Parlamentar de Inquérito. Requisitos Legais. 1- Síntese da Consulta: Trata-se de consulta da Presidência sobre Requerimento de CPI nº 01/2013. A questão a ser respondida versa sobre o preenchimento de requisitos legais do documento protocolado na Secretaria Legislativa desta casa. 2- Considerações: Da análise do requerimento em questão se pode verificar que: a) Os signatários do pedido não estão identificados /qualificados; A Constituição Federal veda o anonimato por ocasião da expressão de idéias. Por questões de natureza jurídico-processual, é preciso que os signatários do requerimento de CPI 01/2013 estejam devidamente identificados e qualificados. 3- Conclusão: Assim, pelo exposto, O Requerimento de CPI Nº 01/2013 deve ser devolvido à Secretaria Legislativa, a fim de que fique a disposição dos signatários para retirada, caso queiram, para fazer os ajustes legais pertinentes, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de arquivamento in continenti. Itaguaí, 21 de novembro de 2013. (a) Hélio Thompson Neto – Procurador Geral.

Expedientes Recebidos: Projeto de Lei de autoria da Ver^a. Mirian Pacheco. Institui o Dia Municipal do Surdo e dá outras providências.

Despacho: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente.

Projeto de Lei de autoria do Ver. Marco Barreto. Diretrizes para a promoção do/a Itaguaí resiliente e dá outras providências. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente.

Mensagem GP nº 052/2013 de 21/11/13. Encaminhando Projeto de Lei que altera o Artigo 67 da Lei 2.392 de 09 de dezembro de 2003 e o Artigo 4º da lei 2.651 de 18 de dezembro de 2007. (a) Luciano Carvalho Mota - Prefeito. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente.

Comunicado nºCM 260457/2013 de 04/11/13. Informando a liberação de recursos financeiros. **Despacho:** Ciente. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente.

Ofício nº 136/2013 de 26/11/13. Solicitando a aprovação do Plano de Cargos e Salários enviado pelo Sr. Prefeito. (a) Marília Neves – Direção do SEPE-Itaguaí. **Despacho:** Ciente. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente.

O Ver. Noel solicitou vista da Mensagem 038. O Ver. Carlos Kifer pediu dispensa de interstício para votar a Matéria do Poder Executivo. O Sr. Presidente submeteu o pedido a apreciação do Plenário, sendo o mesmo aprovado. O Ver. Carlos Kifer Parabenizou o Governo que tem feito um belo trabalho

de drenagem e dragagem no Município de Itaguaí, e solicitou Moção de Elogios a Secretaria de Meio Ambiente por conta desse brilhante trabalho. O Ver. Jailson acrescentou que seria necessária a contratação de caminhões vacois para o Município, e que a dragagem dos diversos canais e sucção de bueiros é importante para evitar a proliferação do *Aedes Aegypti*. O Ver. Kifer relatou a realização de um trabalho de denominação dos córregos, e delimitação dos Bairros do Município, destacou a brilhante atuação da Geógrafa Gisele e explicou que se trata de um macro projeto que conta com sua participação. Em seguida o Sr. Presidente passou a **Ordem do Dia** e solicitou ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos documentos constantes de pauta: **Requerimento nº 135/2013**: Moção de Congratulações e Elogios a Dirigente do Ministério Infantil Tia Paula Castro e equipe. Sala das Sessões, 26/11/13. (a) Abeilard Goulart de Souza Filho – Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 136/2013**: Moção de Congratulações e Elogios a Igreja Pentecostal Glória Eterna – Pastor Presidente Rogério marques da Silva. Sala das Sessões, 26/11/13. (a) Abeilard Goulart de Souza Filho – Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 137/2013**: Moção de Congratulações e Elogios aos Srs. Júlio César Couto Soledade e Eduardo Couto Soledade, proprietários da Academia Studio Ita Life Fitness. Sala das Sessões, 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 138/2013**: Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. Mauro Tanni. Sala das Sessões, 26/11/13. (a) Márcio Alfredo de Souza Pinto – Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 139/2013**: Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. Alecsander Meireles da Silva – 2º sargento do 17º BPM. Sala das Sessões, 26/11/13. (a) Márcio Alfredo de Souza Pinto – Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 254/2013**: Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exmº. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine ao Órgão competente da Municipalidade proceder estudos de viabilidade para a revitalização dos aparelhos de ginástica da Praça Djalma Reis em Vila Geny. Sala das Sessões, 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 255/2013**: Indico à Mesa Diretora, após

os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exm^o. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, solicitando estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, objetivando as seguintes melhorias ao longo do Rio Cação no Bairro Brisamar: a) Desassoreamento e drenagem; b) Contenção de encostas; c) limpeza urbana; d) erradicação do *Aedes aegypti* e roedores; e) iluminação pública; f) colocação de lixeiras; g) saneamento básico. Sala das Sessões, 26/11/13. (a) Marco Aurélio de Souza Barreto – Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 256/2013:** Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exm^o. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, solicitando estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, objetivando as seguintes melhorias ao longo do Rio Cação no Bairro Weda: a) Desassoreamento e drenagem; b) Contenção de encostas; c) limpeza urbana; d) erradicação do *Aedes aegypti* e roedores; e) iluminação pública; f) colocação de lixeiras; g) saneamento básico. Sala das Sessões, 26/11/13. (a) Marco Aurélio de Souza Barreto – Vereador. O Ver. Marco Barreto realizou um breve relato dos diversos problemas do Bairro Weda. **Despacho:** Aprovado. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Ver. Marco Barreto. Ementa: Estabelece Diretrizes para o Plano Municipal de Cultura. Relatora: Mirian Pacheco. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 26/11/2013. (aa) Mirian Pacheco; Vicente Rocha; Carlos Kifer. **Despacho:** A Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas para emitir parecer. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Ver. Marco Barreto. Ementa: Estabelece Diretrizes para o Plano Municipal de Mobilidade Urbana. Relatora: Mirian Pacheco. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 26/11/2013. (aa) Mirian Pacheco; Vicente Rocha; Carlos Kifer. **Despacho:** A Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas para emitir parecer. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Ver. Vicente Rocha.

Ementa: Dá denominação oficial a logradouro público localizado em Itaguaí e dá outras providências. Relatora: Mirian Pacheco. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 12/11/2013. (aa) Marco Barreto; Mirian Pacheco; Carlos Kifer. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1ª Discussão. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Ver. Nisan César. Ementa: Revoga a Lei nº 2.587, de 07 de novembro de 2013, e dá outras providências. Relator: Vicente Rocha. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 12/11/2013. (aa) Marco Barreto; Mirian Pacheco; Vicente Rocha. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1ª Discussão. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa da Verª. Mirian Pacheco. Ementa: Autoriza o Poder Executivo a instalar semáforos para pedestres. Relator: Vicente Rocha. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 12/11/2013. (aa) Marco Barreto; Vicente Rocha; Carlos Kifer. **Despacho:** A Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas para emitir parecer. Em 12/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa da Verª. Mirian Pacheco. Ementa: Autoriza o Poder Executivo a instituir matéria curricular (Atividades Lúdicas) nas Escolas Municipais. Relator: Vicente Rocha. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 12/11/2013. (aa) Marco Barreto; Vicente Rocha; Carlos Kifer. **Despacho:** Retirado de Pauta. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Ver. Noel Pedrosa. Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que vendem bebida em lata afixar em local visível placas informativos de alerta sobre a leptospirose. Relatora: Mirian Pacheco. O Projeto de Lei Complementar em análise cumpre todos os requisitos

definidos no Art. 178 e incisos do Regimento Interno. Compete a Câmara Municipal de Itaguaí legislar sobre a matéria proposta. Com fulcro no art. 16 1 da Lei Orgânica do Município, c/c artigo 179 caput do Regimento Interno. Ex positis, esta Comissão Permanente, após análise da matéria opina favoravelmente pela sua aprovação. Dê-se ciência sobre o parecer supra. É o parecer, s.m.j. Sala das Comissões, 09/11/2013. (aa) Vicente Rocha; Mirian Pacheco; Marco Barreto. **Despacho:** À Comissão de Saúde para emitir parecer. Em 12/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Defesa da Mulher:** Assunto: Projeto de Lei de autoria da Ver^a. Mirian Pacheco. Ementa: Autoriza o Poder Executivo a Criar o programa Mãe Social. Relator: Vicente Rocha. Após análise da matéria em questão, considerando o mérito da mesma, esta Comissão opina por sua aprovação. Após análise da matéria em questão, considerado o mérito da mesma, esta comissão opina por sua aprovação, incluindo os parágrafos 1º, e 2º no artigo 1º, com a seguinte redação: § 1º A candidata ao exercício da profissão de mãe social deverá submeter-se a seleção e treinamento específicos, a cujo término será verificada sua habilitação. § 2º O treinamento será composto de um conteúdo teórico e de uma aplicação prática, esta sob forma de estágio. § 3º O treinamento e estágio a que se refere o parágrafo anterior não excederão de 60 (sessenta) dias, nem criarão vínculo empregatício de qualquer natureza. § 4º A estagiária deverá estar segurada contra acidentes pessoais e receberá alimentação, habitação e bolsa de ajuda para vestuário e despesas pessoais. § 5º São condições para admissão como mãe social: a) idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos; b) boa sanidade física e mental; c) curso de primeiro grau, ou equivalente; d) ter sido aprovada em treinamento e estágio exigidos por esta Lei; e) boa conduta social; f) aprovação em teste psicológico específico. § 6º As atribuições da mãe social e demais necessidades desta lei serão reguladas pelo Poder Executivo, em até 90 dias após a publicação da presente Lei. É o parecer. Sala das Comissões, 04/11/2013. (aa) Roberto Lúcio; Genildo Gandra; Jailson Barboza. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1ª Discussão Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Ver. Noel Pedrosa. Ementa: Autoriza a Criação de Reserva de 10% das vagas das empresas que receberem incentivos fiscais ou doações de imóveis no Município de Itaguaí ao primeiro emprego. Relator: Vicente Rocha. Após análise da

matéria em questão, considerando o mérito da mesma, esta Comissão opina por sua aprovação. É o parecer. Sala das Comissões, 04/11/2013. (aa) Mirian Pacheco; Vicente Rocha; Carlos Kifer. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1ª Discussão. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão da Lei nº 3.190:** Cria a Central de marcação de consulta e exame via internet e/ou telefone e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica criada a central de marcação de consulta e agendamento de exames via internet e/ou telefone para a rede pública de saúde municipal. Art. 2º Esta central tem o objetivo acabar com as filas para marcação de consultas e agilidade no agendamento de exames. Art. 3º As consultas referidas no Art. 1º não poderão ultrapassar de 48 horas da data de marcação das mesmas. Art. 4º Os exames referidos no Art. 1º, não poderão ultrapassar 5 (cinco) dias para os exames de urgência e de 15 (quinze) dias para os demais exames. Art. 5º A Secretaria de Saúde tomará todas as providências para o cumprimento desta Lei. Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. O Ver. Kifer afirmou que a matéria é inconstitucional. O Ver. Vicente salientou que nem mesmo os planos de saúde são capazes de cumprir o que se pede na referida Lei. O Ver. Noel respondeu que essa ideia é baseada no plano de governo do Prefeito Luciano. O Ver. Jailson informou que essa ideia é baseada em uma das promessas de campanha do atual Prefeito, afirmando que muitas não foram cumpridas. O Ver. Kifer esclareceu que essa matéria é de iniciativa do Poder Executivo. O Ver. Genildo expôs sua preocupação pelo fato dos próprios Vereadores estarem votando contra as iniciativas dos colegas com a intenção de proteger o Prefeito. **Despacho:** Rejeitada com votos contrários dos Vereadores Roberto, Márcio, Abeilard, Vicente, Kifer e votos favoráveis dos Vereadores Marco, Jailson, Genildo e Noel. Em 26/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.180, de 26/11/13:** Dispõe sobre a obrigatoriedade do hasteamento das bandeiras do Município de Itaguaí, do Estado do Rio de Janeiro e da República Federativa do Brasil nas escolas públicas e particulares do Município de Itaguaí. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º As instituições públicas e particulares de ensino do município estarão obrigadas após a entrada em vigor desta Lei a realizarem o

hasteamento das bandeiras do Município de Itaguaí, do Estado do Rio de Janeiro e da República Federativa do Brasil nas escolas públicas e particulares do Município de Itaguaí. I - O hasteamento das bandeiras, bem como a execução dos hinos realizar-se-ão no primeiro dia útil de cada mês durante o período letivo; II- Cada instituição educacional equipar-se-á de panóplia (haste da bandeira) dentro do prazo previsto nesta Lei. Art. 2º Esta lei entra em vigor em 1 (um) ano após a data de sua publicação. Itaguaí, 26/11/13. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.181, de 26/11/13:** Dispõe sobre a criação do concurso de redação "Jovem do Futuro". O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica criado no âmbito do Município de Itaguaí, o concurso de redação "Jovem do Futuro" com o tema: "A importância da consciência política de jovens e crianças. § 1º O concurso de redação será dirigido aos alunos do ensino fundamental público e privado. § 2º Os participantes deverão assistir palestras sobre o funcionamento dos poderes Legislativo e Executivo. Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias com a iniciativa privada para a implantação do concurso. Art. 3º A entrega do prêmio de que trata esta Lei, deverá acontecer na Câmara Municipal de Itaguaí, durante "Sessão Solene". Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação e Cultura, autorizado a regulamentar o concurso no prazo de 90(noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei. Itaguaí, 26/11/13. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.182, de 26/11/13:** Dispõe sobre obrigatoriedade na instalação de provadores de roupas acessíveis à população com deficiência e mobilidade reduzida e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Ficam todos os estabelecimentos que comercializem roupas, vestuários, indumentárias ou similares no âmbito do Município de Itaguaí, obrigados a adequar, no mínimo um de seus provadores acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida de acordo com, às metragens e padrões expressos nos incisos do Artigo 2º desta Lei. Parágrafo único - Os estabelecimentos

comerciais a que se refere o caput deste artigo são os hipermercados, supermercados, atacadistas, shopping-centers, centros comerciais, lojas de rua ou todo e qualquer outro comércio regularmente estabelecido que comercialize roupas. Art. 2º À acessibilidade desses provadores dizem respeito á: I - dimensão mínima do boxe de 1,20 metros por 1,50 metros; II - deve haver área de giro de 1,50 metros de diâmetro; III - barras de apoio que deverão ter seção circular entre 3,0 centímetros e 4,5 centímetros, estar no mínimo 4,0 centímetros de distância da parede e devem ser feitas de material resistente e com bordas arredondadas. IV - portas com vão livre de 0,80 m (oitenta) metros e altura mínima de 2,10 metros; V - ausência de barreiras arquitetônicas; VI - elevador vertical, se o estabelecimento possuir piso superior. Art. 3º A desobediência ou inobservância do disposto no Artigo 1º desta Lei implicará aos infratores às seguintes penalidades: I - Notificação; II - Multa de R\$ 2.000 (dois mil reais), reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; III - Suspensão do Alvará de funcionamento. §1º Da data da notificação, os estabelecimentos notificados terão o prazo de 30 dias para adequação ao disposto no artigo 1º desta lei. §2º Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, aplicar-se-á a multa prevista no inciso II. §3º Em não tendo sido atendidas as exigências do artigo 1º após trinta dias da cominação da multa, aplicar-se-á inciso III. §4º A suspensão do Alvará de Funcionamento só será cancelada após a observância do disposto no artigo 1º desta Lei. Art. 4º Os estabelecimentos têm o prazo de 120 dias (cento e vinte) para se adequarem ao disposto nesta Lei da data de sua promulgação. Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 dias (noventa) da data de sua publicação. Art.6º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação. Itaguaí, 26/11/13. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.183, de 26/11/13:** Cria o "Dia Municipal da Conscientização para Cidade Limpa". O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica criado o "Dia Municipal da Conscientização para Cidade Limpa", que deverá acontecer anualmente no 3º(terceiro) domingo do mês de outubro. Art. 2º Esta Lei deverá ser incluída no calendário oficial de eventos do Município, através da Secretaria de Turismo e Eventos. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Itaguaí, 26/11/13. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em

26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.184, de 26/11/13:** Diretrizes para a efetivação da Política Municipal de atenção à saúde da população negra. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Ao Município de Itaguaí, através da iniciativa do Poder Executivo, convém contar com diretrizes específicas para a efetivação da Política Municipal de atenção à saúde da população negra, considerando na política municipal de saúde o recorte raça-cor. Parágrafo Único - As diretrizes de que trata o caput deste artigo, visa gerenciar em Itaguaí a implementação da Política de Atenção à Saúde da População Negra, que deverá orientar todas as rotinas dos serviços de saúde do município, reafirmando os princípios do Sistema Único de Saúde - universalidade, a integralidade e a equidade - e observando as singularidades da população negra quanto à idade, sexo e situação socioeconômica. Art. 2º Criação, na estrutura da Secretária Municipal de Saúde, da Coordenação de Saúde da População Negra, dotada de recursos humanos e orçamentários próprios, com as seguintes funções: I- Propositiva - formulação de propostas intersetoriais de promoção da redução do risco de doenças e outros agravos. II- Articuladora - promoção da articulação entre os diversos serviços e programas da Secretaria na perspectiva da inclusão da dimensão racial. III- Coordenadora e executora - implementação de projetos especiais de impacto sobre os indicadores de saúde da população negra. Art. 3º A Política Municipal de atenção à saúde da população negra convém seguir as seguintes diretrizes na elaboração do seu desenvolvimento: I - Produção de conhecimento: a) Promoção da melhoria da informação estatística, através de procedimentos de coleta, crítica e tabulação que eliminem o sub-registro do quesito cor. b) Monitoramento das condições de saúde da população negra para subsidiar o planejamento da ação governamental, através da: produção sistemática de estatísticas vitais; análise epidemiológica da morbimortalidade desagregada por cor/raça e outras variáveis importantes no monitoramento da equidade em saúde. II- Capacitação dos profissionais de saúde: a) Promoção de treinamentos de profissionais, visando à melhoria da qualidade das fontes de informação que incluem o quesito cor e outras variáveis importantes no monitoramento da equidade em saúde: Declarações, prontuários médicos e fichas de notificação de doenças, entre outras. b) Elaboração de material instrucional, com base no conhecimento disponível sobre saúde da população negra, para utilização em treinamentos. c) Realização de

seminários e eventos similares para discutir e divulgar os temas da saúde da população negra, nos serviços de saúde, escolas, universidades e organizações não-governamentais. III- Informação da população: a) Produção e distribuição ampla de manuais, cartilhas e informações técnicas sobre a etiologia das doenças, sinais e sintomas, métodos de diagnóstico e tratamento, bem como os mecanismos de sua identificação, categorização e tratamento na medicina popular de matriz africana; b) Promoção e apoio, em parceria com os movimentos sociais, da realização de reuniões, palestras e atividades similares, abordando riscos, mecanismos de prevenção de doenças, agravos e estados mórbidos de interesse para a saúde da população negra, bem como meios de acesso aos serviços de saúde. c) Criação de mecanismos que permitam a atuação de organizações comunitárias, igrejas e de terreiros de umbanda e candomblé como multiplicadores da informação sobre os riscos, prevenção de doenças e acesso aos serviços de saúde. d) Desenvolvimento, através dos meios de comunicação de massa, de campanhas educativas pela melhoria da realidade sanitária da população da cidade. IV- Atenção à saúde: a) Instituição da Comissão de Saúde da População Negra, junto ao Conselho Municipal de Saúde. b) Introdução do quesito cor em todos os documentos do SUS, como cartão, prontuários médicos, fichas de investigação epidemiológica, fichas de notificação de doenças, inquéritos epidemiológicos e levantamentos de prevalência de doenças. c) Focalização da saúde da população negra nas ações programáticas, com ênfase nos Programas Estratégia de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Mulher e Saúde do Homem. d) Priorização de ações de combate à mortalidade precoce e evitável na população negra, especialmente no que se refere à mortalidade infantil e à mortalidade materna. e) Aumento da eficácia da atenção à saúde, incorporando à prestação dos serviços o conhecimento sobre os fatores que intervêm nas condições de saúde da população negra, de modo a permitir: que os espaços tradicionais de matriz africana sejam pólos de difusão de práticas de promoção da saúde; elaboração de programas de informação, educação e comunicação levem em conta práticas populares de cuidado com a saúde. f) Otimização da Assistência à Anemia Falciforme e à Assistência em Reprodução Humana. g) Levantamento e acompanhamento da distribuição dos recursos humanos e materiais, de modo a garantir a sua alocação equitativa em áreas de concentração de população negra. Art. 4º Na Política Municipal de atenção à saúde da população negra, será

contemplada a responsabilidade compartilhada na articulação do seu pleno desenvolvimento, entre as diversas áreas do poder público, empresas situadas no Município e com organizações da sociedade civil representativas da população negra. Art. 5º As despesas de implantação desta Lei correrão por conta de auxílio financeiro federal, ou seja, recursos financeiros específicos para a implementação da Política de Saúde da População Negra, oriundo a articulação interssetorial com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Termo de Compromisso MS/Seppir), suplementadas se necessárias pelas dotações orçamentárias oriundas de parceria público-privada. Art. 6º Estas diretrizes para a efetivação da Política Municipal de atenção à saúde da população negra entrará em vigor a partir do primeiro dia do ano 2014, revogadas as disposições em contrário. Itaguaí, 26/11/13.

(a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.185, de 26/11/13:** Dá nome oficial a logradouro público e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O logradouro público conhecido como Rua Santo Antônio, no Bairro Monte Serrat, passa a denominar-se Roberto Angrilli. Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias. Itaguaí, 26/11/13. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.186, de 26/11/13:** Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O Poder Público Municipal, quando da formulação e realização da Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate a Obesidade, se pautará pelas diretrizes desta Lei, como objetivos ou ações, entre outras possíveis e necessárias para garantir o direito à segurança alimentar e nutricional da merenda escolar, atendendo a primeira infância, as crianças, os adolescentes, e suas famílias. Art. 2º São diretrizes da Política Municipal de Educação Alimentar e Combate a Obesidade: I - a promoção e a incorporação do direito a alimentação escolar adequada; II- acesso à alimentação de qualidade e de modos de vida saudável, privilegiando alimentos "in natura"; III- A promoção da educação alimentar e nutricional

considerando os hábitos alimentares e respeitando a faixa etária; IV- o fortalecimento das ações de vigilância sanitária dos alimentos; V- o apoio à agricultura , especialmente de natureza associativa e agricultura familiar; VI- a preservação e a recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos; VII- a promoção da participação permanente dos diversos segmentos da sociedade civil. Art. 3º As crianças, adolescentes e suas famílias deverão receber orientação sobre alimentação saudável, preferencialmente nos projetos pedagógicos respeitando os diferentes níveis de aprendizado , por meio de material didático, a ser utilizado nas atividades desenvolvidas nas escolas de educação infantil e básica sobre a obesidade. Art. 4º A instituição gradativa da Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade terão como objetivos: I- estabelecer a avaliação periódica das crianças e adolescentes nas unidades escolares, com medição de peso, altura e circunferência abdominal; II- estimular a prática de atividades físicas; III- incentivar o consumo de alimentos naturais, aumentar a oferta de frutas e hortaliças, e a redução do consumo de sal; IV- desenvolver oficinas de culinária nas escolas, incluindo, quando possível, os familiares; V- incorporar o tema "Alimentação Saudável" no projeto político pedagógico das escolas de educação infantil e básica, perpassando as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares ; VI- estimular as práticas agrícolas sustentáveis , que valorizam o cuidado com a terra e a água, buscando impactos sociais e ambientais e visando a preservação de recursos naturais; VII - promoção de alimentos frescos e o estímulo à alimentação equilibrada, colorida e saudável; VIII- criar incentivos para a participação de profissionais em cursos e treinamentos de atualização que envolva o tema alimentação saudável. Parágrafo único- As instituições da sociedade civil organizada e as entidades públicas de todas as esferas de governo poderão contribuir com sugestões, informações e recursos humanos e materiais para a plena consecução dos objetivos visados nesta Lei através da celebração de convênios, acordos e parcerias com o Poder Público Municipal. Art. 5º O Poder Público Municipal levará em consideração para a efetivação da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância: I- criação do Programa Educação Alimentar Escolar; II- estabelecer instrumentos legais no Plano Diretor da cidade que assegure espaços voltados às necessidades e características da Política Municipal de Educação Alimentar e Combate à Obesidade em instituições de educação infantil e básica. Parágrafo único - O Programa

Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade, previsto no inciso I deste artigo, deverá ser formulado pelo Poder Executivo no prazo máximo de um ano contado da publicação desta Lei. Art. 6º O foco de todas as iniciativas tomadas com base nas diretrizes estabelecidas nesta lei deverá ser a ação preventiva e o combate à: I- obesidade; II- sobrepeso; III- hipertensão arterial; IV- diabetes tipo II; V- hipercolesterolemia; VI- aumento das triglicérides; VII - desenvolvimento de câncer; VIII- problemas cardíacos; IX- doenças crônicas não transmissíveis; X- imobilidade humana; XI- instabilidade emocional e nas relações sociais; XII- exclusão social; XIII- mortalidade. Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Itaguaí, 26/11/13. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.187, de 26/11/13:** Diretrizes para a efetivação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PMPIR). O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art.1º O Município de Itaguaí, através da iniciativa do Poder Executivo, convém contar com diretrizes específicas para a efetivação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PMPIR). Parágrafo Único - As diretrizes de que trata o caput deste artigo, visa gerenciar em Itaguaí a organização, a implementação e a articulação do conjunto de medidas, programas, serviços e políticas de ação afirmativa destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no Município. São destinadas a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Art. 2º São diretrizes do PMIPR: I- Promover a mudança de paradigmas no que concerne a cultura da discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada; II- Promover ações da sociedade e políticas públicas afirmativas - ações, medidas e programas - que garantam a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão

itaguaiense, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais; III- Estabelecer apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos; IV- Estimular a articulação das ações do poder público com as da sociedade civil organizada a fim de protagonismo social do Plano Municipal da Promoção da Igualdade Racial. V- Estabelecer como diretriz político-jurídica civil organizada a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira. Art. 3º São objetivos do PMIPIR: I- promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas; II- formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra; III- descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais; IV- articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica; V- garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas. Art. 4º Na implementação das medidas, dos programas e das ações do PMIPIR deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa e outras políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, especialmente no que tange a: I- promoção da igualdade de oportunidades em educação, emprego e moradia; II- financiamento de pesquisas, nas áreas de educação, saúde e emprego, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população negra; III- incentivo à criação de programas e veículos de comunicação destinados à divulgação de matérias relacionadas aos interesses da população negra; IV- incentivo à criação e à manutenção de microempresas administradas por pessoas autodeclaradas negras; V- iniciativas que incrementem o acesso e a permanência das pessoas negras na educação fundamental, média, técnica e superior; VI- apoio a programas e projetos de entidades da sociedade civil voltados para a promoção da igualdade de oportunidades para a população negra; VII- apoio a iniciativas em defesa da cultura, da memória e das tradições africanas e brasileiras.

Art. 5º Convém instituir o Conselho de Promoção da Igualdade Étnica de Itaguaí (COPIEI), de caráter permanente e consultivo, compostos por igual número de representantes de órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil representativas da população negra. Art. 6º As despesas de implantação desta lei correrão por conta de auxílio financeiro federal oriundo do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR, que priorizará o repasse dos recursos referentes aos programas e atividades previstos pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), suplementadas se necessárias. Art. 7º Sem prejuízo da destinação de recursos ordinários, poderão ser consignados nos orçamentos fiscal e da seguridade social para financiamento das ações de que trata o art. 4º : I - transferências voluntárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II- doações voluntárias de particulares; III - doações de empresas privadas e organizações não governamentais, nacionais ou internacionais; IV- doações voluntárias de fundos nacionais ou internacionais; V- doações de Estados estrangeiros, por meio de convênios, tratados e acordos internacionais. Art. 8º Estas diretrizes para a efetivação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial convêm entrar em vigor a partir do primeiro dia do ano 2014, revogadas as disposições em contrário. Itaguaí, 26/11/13. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 26/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Nada mais havendo para constar, o Sr. Presidente encerrou a presente Sessão, outra logo a seguir. Nós, Domingos, Joselaine e Milton a redigimos.

Presidente

Vice Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário